

**CENTRO INTEGRADO LUIZ NAVARRO DE BRITO:
relações entre o cenário político educacional baiano e o ensino de
matemática nos cursos técnicos (1968 a 1979)**

**Ivanise Arcanjo Gomes Diniz¹
Joubert Lima Ferreira²**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise histórica sobre a institucionalização do Centro Integrado Luiz Navarro de Brito (CILNB) e o ensino de matemática nos cursos técnicos, em Alagoinhas-BA, em um período de transformação sociopolítica, econômica e educacional ocorrida no contexto do regime militar, no período de 1968 a 1979. A escolha desse período ocorreu pela criação deste Centro e a política de extensão de escolas públicas e faculdade de formação de professores na capital e nos interiores da Bahia. O CILNB foi a primeira instituição pública de Ensino Secundário, localizada na cidade de Alagoinhas-BA. Nele foram implantados os cursos ginásial e colegial, além dos cursos técnicos. Para a constituição do corpus desta investigação, foram analisadas e utilizadas entrevistas sobre as histórias de vidas de ex-professores e ex-alunos, em diálogo com outras fontes históricas, tais como: a legislação vigente, as reformas de ensino na Bahia e o currículo escolar do CILNB. Assim a finalidade desta pesquisa foi compreender o processo de expansão e interiorização do ensino público com características técnicas e propedêuticas, no estado da Bahia, tomando como exemplo o CILNB e o ensino de matemática nos cursos técnicos, em Alagoinhas, em tempos de regime militar.

Palavras-chave: Cursos Técnicos. Centro Integrado Luiz Navarro de Brito. Expansão e interiorização do ensino público. Ensino de matemática.

ABSTRACT

This article aims to present a historical analysis on the institutionalization of the Center Integrado Luiz Navarro de Brito (CILNB) and the teaching of mathematics in the technical courses, in Alagoinhas-BA, during a period of socio-political, economic and educational transformation in the context of the military regime from 1968 to 1979. The choice of this period was made by the creation of this Center and the policy of extension of public schools and faculty of teacher training in the capital and interiors of Bahia. The CILNB was the first public institution of Secondary Education, located in the city of Alagoinhas-BA. In it were instituted the junior and high school courses, besides the technical courses. For the constitution of the corpus of this investigation, interviews on the life histories of teachers were analyzed and used in dialogue with other historical sources, such as: current legislation, education reforms in Bahia and the curriculum school of the CILNB. Thus the purpose of this research was to understand the process of expansion and internalization of public education with technical and propaedeutic characteristics, in the state of Bahia, taking as an example the CILNB and the teaching of mathematics in technical courses, in Alagoinhas, in times of military regime.

Keywords: Technical courses. Centro Integrado Luiz Navarro de Brito. Expansion and internalization of public education. Mathematics teaching.

1 Docente do Centro Territorial de Educação Profissional Vale do Jequiriçá, CETEP. E-mail: ivanisegomesster1@gmail.com

2 Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS. Departamento de Ciências Exatas. E-mail: jouferr@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O Centro Integrado Luiz Navarro de Brito (CILNB) foi instituído em Alagoinhas, cidade do interior do estado da Bahia. Alagoinhas é uma cidade localizada na região do recôncavo norte do estado da Bahia, a 108 km da capital Salvador. Entre as décadas de 1940 e 1950, sua importância econômica e política era decorrente da sua relação com a estrada de ferro. A estação ferroviária de Alagoinhas era influente, pois com ela a cidade se tornou um centro regional importante (Morais, 2011; Santos, 2009). Além disso, era um centro de produções agrícolas, em virtude do cultivo de laranja e do fumo (Barros, 1979; Araújo, 2009).

A partir da década de 1950, com o advento da Petrobras, no Brasil, houve a descoberta de petróleo na região (Brito, 2008). Este é mais um fator determinante na importância regional, influenciando o desenvolvimento socioeconômico da cidade (Morais, 2011), provocando, inclusive, a vinda da Petrobras para o município em 1967 (Barros, 1979; Morais, 2011). Nessa perspectiva, o seu crescimento caminhava rumo ao aumento de atividades industriais e da população operária, indo do seu aspecto urbano até as mudanças na estrutura e funcionamento do sistema de ensino (Corrêa Filho, 1958).

Com a descoberta do petróleo em Alagoinhas e outras cidades do Bahia, o crescimento econômico era notório e com ele eram necessárias mudanças educacionais que pudessem atender a esta ascensão socioeconômica. Assim, entre os anos de 1960 e 1970, o governo do Estado da Bahia efetivou uma série de iniciativas para a política pública educacional, voltadas à expansão e qualidade do ensino público. Algumas dessas medidas foram aplicadas exclusivamente no Estado, como a criação dos Centros Integrados de Educação (CIE). Essas iniciativas tinham como propósito atender às transformações da sociedade que, ainda fortemente influenciadas pela política desenvolvimentista (1950-1970), caracterizou um período marcado pela modernização devido ao crescimento industrial (Romanelli, 1989).

O Estado da Bahia passava por um crescente desenvolvimento de uma política de industrialização com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1966 e 1967, integrado a uma política de planejamento industrial regional, como o Polo Petroquímico de Camaçari e o Distrito Industrial de Alagoinhas (DISAI) (Cruz, 1999). Neste processo, ocorria, no Estado, uma política de planificação racional da economia que orientava para o desenvolvimento das atividades agrícolas e incentivava a industrialização. A Rede Urbana do

Recôncavo vislumbrava Alagoinhas como um centro comercial, de modo que suas relações alcançavam cidades como Serrinha, Iará e Camaçari (Brito, 2008). Isso realçava a necessidade de construção de uma cidade industrial entre Aratu e Camaçari (Guimarães, 1982).

Assim, as transformações econômicas impuseram, em Alagoinhas, demandas educacionais por formação de cursos técnicos, para atender ao setor produtivo regional (Araújo, 2009). Essa situação se estendeu a outras regiões do estado, as quais, por outros motivos econômicos, consideradas como polo de desenvolvimento que também passaram a receber um CIE. Para atender a esse tipo de demanda, foi necessário formar e qualificar professores, ou seja, oferecer treinamento aos profissionais dispostos a ensinar.

Do ponto de vista educacional, a formação desses professores precisava se imbuir da normatização técnica, implantada pela Lei 5.692/71, na qual a finalidade da educação consistia em preparar para o exercício da cidadania e qualificar para o trabalho. Nesse aspecto culminaram com uma preocupação as mudanças nas práticas pedagógicas de professores que ensinariam em um modelo de escola como o CILNB, que apresentava a oferta de cursos técnicos, com um ensino de caráter técnico e de preparação para outros níveis de ensino (Boaventura, 1993). Os resultados dessas rupturas de ensino técnico começaram desde os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases - LDB n.4024/61 (Brasil, 1961), quando os CIE iniciaram seu funcionamento, até a reforma de ensino de 1º e 2º grau com a Lei n.5.692/71 (Brasil, 1971).

Assim, tendo em vista que as mudanças sociopolíticas (local, regional e nacional), estiveram imbricadas no âmbito do sistema educacional, essa abordagem inicial trouxe contribuições importantes para a interpretação do ensino técnico do CILNB, entre os anos de 1968 a 1979. Entre outras razões pelo ingresso de professores, com formação em Licenciatura Curta de programas e cursos de treinamento e aperfeiçoamento sob os auspícios dos acordos do Ministério da Educação e Cultura / *United States Agency for International Development* (MEC/USAID) (Arapiraca, 1979)³. Assim sendo, Alagoinhas foi uma cidade que fez parte desse processo de mudanças no âmbito do sistema educacional.

A partir de uma análise histórica acerca da criação dos Centros Integrados no Estado da Bahia discutiu-se e ampliou-se a compreensão do ensino público baiano, em particular, em

³ Esses acordos, firmados entre os anos de 1965 e 1967, entre o governo brasileiro e os Estados Unidos fizeram com que a educação brasileira ficasse quase que totalmente veiculada à política educacional e econômica do governo americano. A USAID foi “convidada” durante o período da ditadura militar para ajudar financeiramente e pedagogicamente o sistema educacional brasileiro.

Alagoínhas – cidade do interior. Para tal, tomando aspectos da análise do ensino advindos do diálogo entre a literatura e os documentos escolares e oficiais, como as leis de reforma de Ensino Secundário, e com as entrevistas foi possível compreender o processo de institucionalização desses Centros Integrados, marcados por um caráter humanista-técnico profissionalizante, além da modernização do ensino de matemática.

CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO-CULTURAL DE ALAGOÍNHAS: ANTES E APÓS A CRIAÇÃO DO CILNB

Em 1940, Alagoínhas já despontava como pólo de desenvolvimento; de localização privilegiada, já que era ponto terminal ou inicial de quatro ferrovias, dispoúdo de um comércio movimentado e um acentuado crescimento populacional. Nesse período, foi instalada a primeira Escola Profissionalizante Ferrovária de Alagoínhas (EPFA), localizada próxima à Rede Ferrovária Leste Brasileira de Alagoínhas. A escola visava à preparação de mão de obra qualificada para satisfazer as necessidades da empresa Ferrovária Leste Brasileira de Alagoínhas (Santos, 2009). No final da década de 1940, outros cursos de preparação técnica foram implantados na cidade, entre outros motivos pelo seu crescimento no transporte ferroviário⁴. A cidade era considerada como pórtico de ouro do sertão baiano, sendo assim denominada por Ruy Barbosa, e foi a porta de entrada para todos os tropeiros, com carga de todos os tipos, que se dirigiam a outras localidades para escoar sua produção ou para se utilizar do transporte ferroviário (Santos, 2009). Com isso, a cidade tomava rumos para um crescimento industriário e populacional.

Durante esse período, entre os Colégios que já estavam em funcionamento destacam-se a Escola Normal e Ginásio de Alagoínhas (1936-), o Colégio Santíssimo Sacramento (CSS) (1940-) e o Instituto Sr. Alexandre Fleming (1965-?). Durante a década de 1950 e meados da década de 1960, entre os colégios particulares que ofereciam o Ensino Secundário, destacavam-se a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) – com a instalação do Colégio Educandário Alcino de Camargo (1960-) –, e outras escolas públicas que ofertavam apenas o ensino primário ou ginasial.

Mas, ainda assim, pessoas de diferentes distritos e cidades circunvizinhas (Irará, Aporá, Acajutiba, Catu, Entre Rios, Nova Soure, Pojuca, Olindina, Inhambupe...) (Diniz, 2014) vieram estudar na cidade, pois nessas localidades ainda predominava o ensino

⁴ A EPFA era direcionada para o público masculino, inclusive porque quando se formavam já ingressavam como trabalhadores da empresa.

multisseriado ou escolas isoladas – alunos de idades e séries distintas que conviviam numa mesma sala de aula –. Então, as famílias que tinham alguma condição financeira se transferiam dessas cidades para morarem em Alagoinhas e, assim, os filhos de operários, professores, fazendeiros, comerciantes e de políticos continuavam os estudos, para estudarem no Ginásio ou para terminarem o ensino colegial. O Ensino Secundário ofertava os Cursos Técnicos (Normal, Agrícola, Comercial e Industrial), o Clássico e o Científico. Os homens tinham a opção de fazer um curso técnico⁵ ou científico, na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos - CNEG ou na Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas – escola mista e de educação laica – cujos organizadores eram políticos de prestígio na cidade (Santos, 2009; Diniz, 2014).

Por outro lado, havia os cidadãos alagoinhenses, de classe média e baixa, os quais moravam em bairros distantes ou zona rural. Para terem acesso para continuidade de seus estudos, precisavam caminhar muitos quilômetros, além de trabalharem para pagarem seus estudos. Outra opção seria esperar a oportunidade de um dia alcançar o sonho de concluir o curso secundário. Esta foi a realidade vivenciada por alguns dos ex-alunos que protagonizaram essa história, vindos de diversas localidades do interior baiano, entre eles: Regina Hermenegilda Gomes, que iniciou o ginásio na escola particular Nossa Senhora de Santana, custeando seus estudos com seu próprio trabalho; Íris Maia Muller e Ednólia Batista de Souza Machado, que vieram da cidade de Acajutiba, a fim de concluir seus estudos no Curso Normal; e Maria Perpetua Mendes, vinda de Aporá para concluir o Curso Normal, ambas estudaram no CSS (Lins, 2006).

Outro fator responsável por essa visibilidade de Alagoinhas foi a exportação das maiores safras de laranja do país entre as décadas de 1950 a 1960, daí passou a ser conhecida como a terra da laranja (Barros, 1979). A cidade avançava em sua configuração urbana, nos aspectos culturais, econômicos e nas estruturas políticas e sociais. Aos poucos, possuía o maior entroncamento ferroviário do interior baiano e exportação agrícola de laranja passou a se destacar, em meados da década de 1960, pelas descobertas de lençóis de petróleo na fazenda Espinhos em Igreja Nova, atual Boa União, distrito de Alagoinhas. A perfuração de poços de petróleo nas redondezas fez emergir um novo segmento social: a dos petroleiros. E com isso, novas concepções de trabalho e de estruturas político-social foram sendo concebidas (Santos, 2009; Diniz, 2014).

⁵ No período em que entrava em vigor a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei n. 4.024/61), os diplomados das escolas técnicas possibilitava o ingresso no ensino superior.

Com a instalação da Petrobras em Alagoinhas, ocorria a emergência de um novo cenário urbano, desde as mudanças no setor de exportação agrícola em franco declínio, até a implantação da malha rodoviária substituindo o transporte ferroviário. Além disso, houve a implementação e ampliação da infra-estrutura pública como, por exemplo, a pavimentação de ruas, as redes de energia elétrica e de abastecimento de água e saneamento, a instalação de agências bancárias, bem como outros serviços públicos de uso coletivo (Santos, 2010). Até a vinda da Petrobrás para a cidade, inicialmente ocorreu à implantação de cursos-profissionalizantes, a exemplo do Serviço Nacional de Aperfeiçoamento Industrial (SENAI) (Pinto & Novaes, 2008), que não ofertavam o diploma de conclusão do ensino secundário, apenas a preparação técnica.

Em decorrência da descoberta do petróleo, a cidade se tornava um polo de desenvolvimento econômico e industrial. Associada a esse crescimento, havia a influência política do prefeito Antônio de Figueiredo Carneiro (1967-1971), que, aliado a outros importantes personagens da política local, compunha a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido político da situação, o qual mantinha boas relações com o governo do Estado e União.

Por outro lado, faltava-lhe a implantação e expansão de escolas públicas com a oferta de um Ensino Secundário. Essa insatisfação passou a ecoar pela manifestação interna da população, liderada por um grupo de profissionais liberais, em prol da ampliação de escolas públicas estaduais que pudessem oferecer às classes menos favorecidas oportunidade de concluir o Ensino Médio (pós-primário) (Bahia, 1974) e a criação de uma Faculdade de Filosofia. Esse grupo fundou, em 1967, a Associação Amigos de Alagoinhas (AAA), tendo como presidente a professora Haydée Ramos, que chegou a encaminhar uma carta para o Ministério da Educação, apontando a urgência de uma escola secundária.

Somado às ações desse grupo, a vinda do CILNB em Alagoinhas foi ocasionada pelo excesso de professores contratados pelo estado, os quais eram lotados em escolas particulares de localidades onde ainda não havia Colégios públicos, em troca de bolsa de estudos para os alunos carentes, procedimento muito comum na época. Em Alagoinhas, esses convênios ocorriam com o CSS, a CNEG e o Ginásio de Alagoinhas. Em meados da década de 1960, já havia professores de diversas áreas, sobretudo de matemática, concursados pelo Estado e destinados a essas escolas particulares e formados pela Campanha de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário (CADES) ou Faculdade de Filosofia (FF) da Bahia.

Vale ressaltar que estes professores realizaram estes cursos nas cidades de Feira de Santana e Salvador respectivamente (Diniz, 2014).

Em resumo, na realidade educacional alagoinhense, em virtude das mudanças sociais, políticas e econômicas, o tema “educação” tornava-se emergencial, pois teria um papel importante para preparar a mão de obra que passaria a atender os anseios do processo industrial. Em Alagoinhas, no final da década de 1960 e início de 1970, a área de maior número de professores cursando universidade concentrava-se em Letras. Enquanto que nas áreas de ciências e matemática, não havia registro de professores cursando essas respectivas graduações. No currículo estabelecido por essa Lei, a matemática integrava o núcleo comum e, em alguns casos, também a parte diversificada dos cursos de 2º grau e, portanto, constituía uma das disciplinas que possuíam maior carga horária nos cursos e, com isto, existia a necessidade de contratação de professores de matemática.

Aos poucos nos currículos escolares, as áreas de matemática e ciências passaram a ter notoriedade, sobretudo pela repercussão da industrialização nas capitais e nos interiores do país. Nesse sentido, entre os anos de 1950 e 1960, o Brasil começava a investir nas transformações de caráter técnico-científico. No entanto, a atividade industrial se caracterizava como sendo pouco sofisticada e sem controle de qualidade, resultando na vinda de técnicos estrangeiros para fins imediatos (Ramos, 2012).

Com isso, evidenciou-se a necessidade de mudanças diretas no campo educacional brasileiro em seus diferentes níveis de ensino, o que reverberou na realização de cursos de formação para professores como a CADES. Esse e outros cursos foram realizados por alguns professores do CILNB, uma vez que a implantação da Faculdade de Formação de Professores, com a oferta de Licenciatura Curta em Letras com Francês, ocorreu somente em 1972, em Alagoinhas, seguido dos cursos de Licenciatura em Estudos Sociais e Ciências, em 1979 (Chapani, 2012). Assim, Alagoinhas apresentava sinais da expansão da oferta de vagas para os alunos.

Na área de matemática, entre os professores graduados ou com cursos de treinamento e aperfeiçoamento, ocorria a presença de apenas uma professora formada pela FF e duas pela CADES. Essas professoras de matemática, antes mesmo do funcionamento do CILNB, lecionaram em outras escolas particulares da cidade, nos cursos: Normal (com a disciplina de Didática da Matemática), Ginásio e Científico. Elas começaram a lecionar nessas escolas em 1964, após o concurso do Estado, pois a cidade ainda não possuía uma Escola Pública Estadual de ensino em nível secundário. Portanto, esses foram os imperativos que levaram

Alagoinhas a receber no ano de 1968 o CILNB e uma Faculdade de Formação de Professores (FFP).

Após a criação do CILNB, em 1972 ocorreu a criação da FFP e visando atender a demanda de alunos matriculados na Faculdade, por não ter sede própria, passou a funcionar, inicialmente, dentro do CILNB. Ainda enquanto prédio em fase de conclusão, construído em terreno doado pela Fundação Carlos Cunha. O terreno era uma extensão do Ginásio e Escola Normal de Alagoinhas e da extinta Cooperativa de Educação, ao lado direito do Estádio Antônio Carneiro, em uma rua hoje denominada Maria Feijó⁶. A partir de 1972, nas atuais instalações, passaram a funcionar, entre outros, os Cursos Técnicos em desenho, administração, enfermagem e secretariado e a FFP.

Havia, assim, sinais de que o funcionamento de um padrão de escola, idealizado por Luiz Navarro de Brito, estava sendo concretizado na prática. A intenção do idealizador dos CIE era criar o Ginásio como natural extensão da educação primária, com cinco anos de primário e quatro de Ginásio exploratório das aptidões que se estenderia para algo mais do que pretendido, com os Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT) (Santos, 2010; Britto, 1991)⁷ e dos cursos técnicos. Outra extensão seria a oferta de cursos em nível de 3º grau, com o Curso Normal Superior ou Faculdade de Formação de Professores para o 1º ciclo⁸. Contudo, a FFP não continuou no CILNB pois foi transferida para o prédio em que funcionava a biblioteca pública da cidade e por lá iniciou a implantação de outros cursos de formação de professores.

A vinda do CILNB para Alagoinhas não ocorreu por acaso; ainda era grande o número de cidades que não dispunham de uma escola pública. Então, enquanto estratégia para a implantação dos CIE, o governo os implementou em cidades baianas consideradas como polos de desenvolvimento, como Alagoinhas, já que era uma nova ordem urbana e industrial para diversas regiões. O discurso desenvolvimentista estava presente, o qual demandava uma nova organização e estruturação do sistema público de ensino. Assim, havia a necessidade de criar políticas públicas para atender aos interesses de uma nova sociedade que estava se formando, bem como da manifestação popular em prol da criação de um ensino secundário

⁶ Informações publicadas no blog do ex-professor do CILNB Roberto Gomes de Souza. Disponível em: <http://www.robertoeducaro.blogspot.com.br>, acessado em 21/08/2013.

⁷ No final dos anos 1960 foram criados os Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT) e os CIE, no entanto os GOT foram implantados a nível nacional através do MEC e os CIE eram uma iniciativa Estadual do Governo do Estado da Bahia. Portanto, na Bahia, além dos GOT havia os CIE numa adaptação menos sofisticada do que o GOT e incontestavelmente mais ampla.

⁸ 1º ciclo corresponde ao primário e ginásial.

público e de uma faculdade. Esses foram fatores preponderantes para a sua implantação na cidade de Alagoinhas.

Em 1972, Alagoinhas apresentava sinais da expansão do ensino; entre estes, a formatura, pelo CILNB, das primeiras turmas dos cursos técnicos em Desenho e Administração, com aproximadamente 200 alunos formados e a criação da Escola Polivalente. Além da implantação da FFP, com a oferta de Licenciatura Curta em Letras com Francês.

ASPECTOS DE UM ENSINO PRÉ-VOCACIONAL E CIENTÍFICO NO CILNB

A implantação do CILNB iniciou a partir de mudanças advindas de uma política educacional preocupada em ofertar um ensino de caráter pré-vocacional e científico. Essas mudanças trouxeram impactos na sociedade alagoinhense e no currículo das disciplinas escolares, seja pela necessidade de contratar profissionais de outras cidades ou Estados para ensinar as disciplinas específicas oferecidas no curso ginásial, seja na formação e profissionalização de professores que ensinavam ou iriam ensinar disciplinas de ciências, principalmente a matemática, a qual, naquele momento, passava por uma reformulação nos seus aspectos práticos pedagógicos curriculares, no nível secundário nacional.

Dentre as mudanças que alteraram o cenário educacional em nível nacional, destaca-se o exame de admissão, instituído pela Lei de Diretrizes e Bases n. 4.024/61. Esse exame constituiu-se (finalidade e propósito) uma exigência para prosseguir os estudos, sendo até considerado por alguns dos entrevistados como um mini vestibular. Era um exame criado para selecionar um número específico de alunos para cursar o ginásio, pois ainda eram poucas as escolas públicas na época. Em Alagoinhas, já havia cursos preparatórios para esse exame. O texto legal, em face da legislação vigente, previa que após o ensino primário, o ensino secundário seria ministrado em dois ciclos: o ginásial e o colegial, e abrangeria, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário (Brasil, 1961).

Vale ressaltar que a formação dos cursos técnicos ofertados pela Lei n. 4.024/61 era de um ensino com disciplinas específicas a cada curso, com o propósito de formar técnicos, ainda que estes tivessem o diploma de nível secundário, diferentemente do que viria a ser ofertado para os cursos técnicos do CILNB, que integravam a formação técnica, com as científica e tecnológica.

Em 1968, inscreveram-se 250 candidatos para concorrer às vagas do curso Ginásial do CILNB, com aprovação de 70% dos candidatos com média acima de 7,0. O nível de aprovação foi considerado satisfatório, pois as provas de verificação foram formuladas obedecendo ao mesmo critério dos exames realizados nas escolas oficiais de Salvador⁹. O CILNB iniciou suas atividades pedagógicas atendendo 175 alunos no curso ginásial.

Essas atividades contemplavam as aulas, propriamente ditas, das matérias que constituíam o currículo escolar e outras práticas pedagógicas externas à sala de aula. Essas práticas externas contemplavam ações como hasteamento da bandeira nacional, marcha, culto aos vultos e heróis nacionais. Assim, diante das mudanças econômicas vigentes e das marcas de um ensino preocupado em preparar indivíduos para inserção no mercado de trabalho é que caminhava a educação do CILNB, marchando, também, para a formação de uma educação moral e cívica.

Fotografia 01- Fachada do prédio do CILNB



FONTE: Acervo escolar do CILNB, ano de 1968.

A foto apresenta uma rotina que ocorria todas as manhãs, antes do início das aulas: o hasteamento da bandeira, e à tarde o seu arriamento. O posicionamento dos alunos e a mão no peito do diretor representavam respeito à Bandeira Nacional. Aspectos dessas práticas eram próprios da responsabilidade inerente ao cargo do diretor e foram sendo constituídos, também, pelas demais escolas no período da ditadura como forma de valorização da ordem e do progresso. Portanto, o ato de cultuar os símbolos nacionais representava um ideal nacionalista e patriótico.

Esses alunos se encaminhavam do curso ginásial para um ensino pré-vocacional, o qual tinha como propósito preparar os futuros enfermeiros, desenhistas, administradores e secretários. Da mesma maneira, visava o preparo para o ensino científicista, conforme havia

⁹ Recorte do jornal JB nos Municípios, Salvador, 25 de abril de 1968.

tido idealizado para o modelo de escola dos CIE. Com isto, demarcou, no espaço educacional alagoanhense, uma nova abordagem de ensino, diferentemente do sistema clássico, já que possuíam aspectos mais práticos e utilitários.

A valorização da ciência foi outro ponto marcante no CILNB, pela participação dos alunos nas Feiras Estadual e Nacional de Ciências. Essas participações foram registradas no concurso estadual, no Teatro Castro Alves em Salvador-BA, e em nível nacional, na cidade do Rio de Janeiro, na Guanabara, no ano de 1969.

Fotografia 02- Participação dos alunos na I Feira Estadual de Ciências



FONTE: Acervo escolar do CILNB, ano de 1969¹⁰.

O trabalho apresentado pelos alunos do CILNB na I Feira Nacional de Ciências era a reprodução de um campo de petróleo e usinas hidroelétricas. Com esse trabalho, os alunos ganharam um prêmio em nível estadual e, por isso mesmo, foram escolhidos para representar o Estado em nível nacional. A área de ciências emergia como destaque no desenvolvimento do experimento e da pesquisa, no currículo escolar. Desse modo, começava no curso ginásial a preparação dos jovens para a formação cientificista e o ensino técnico profissionalizante.

O estímulo à pesquisa e ao trabalho em grupo foram práticas vivenciadas por esses alunos. Este era, inclusive, o ideal da educação dos CIE de Navarro de Brito: ter um sistema educacional preocupado com o desenvolvimento do pensamento crítico do estudante, regido pela filosofia do “educar para enriquecer”.

Nessa conjuntura emergente, a partir do surto industrial na Bahia, tornara-se senso comum, nos discursos que prevaleciam na época, o entendimento para o progresso da

¹⁰ Recorte do jornal: JB nos Municípios, ano de 1969.

tecnologia e da ciência e matemática como um fator imprescindível para o crescimento da sociedade baiana e avanço do processo de urbanização e industrialização. Neste sentido, particularmente o ensino secundário de matemática deveria estar em consonância com a matemática que estava sendo ensinada no ensino superior (Guimarães, 1982; Ferreira & Lima, 2012).

Essas experiências acerca da renovação do ensino de Matemática foram testemunhadas pela ex-aluna Regina Hermenegilda Gomes, que iniciou o ensino secundário em uma escola particular e terminou no CILNB. Ela apresenta as suas experiências sobre o ensino que recebeu dessa escola, nos anos de 1968 e 1969 e, em suas narrativas, apresentou comparações entre o ensino do CILNB e o que havia estudado nos anos anteriores e posteriores em outras escolas. Regina relembra como foi ser aluna dessa instituição nos anos de 1968 e 1969. Entre as passagens mais marcantes, destacou como os trabalhos eram organizados em grupo e apresentou as dificuldades e obstáculos para desenvolver as suas atividades:

Nessa época, mais ou menos nos anos 60, aconteceu a saída do homem para a lua e aí foi solicitada a produção de um material (por) todos os professores (...). Fui a Salvador visitar algumas editoras para conseguir as revistas que falavam sobre a ida do homem a lua; então, ganhei muitas revistas e o pessoal ficava assim encantado, Ave Maria! Um aluno vir de Alagoinhas, para pesquisar revista? Até do jornaleiro da Praça da Sé, lá na Avenida Sete, eu ganhei revista, ali descendo para chegar à Barroquinha eu ganhei revista; cheguei aqui cheia de revistas. Então, a gente fazia tudo, que era para a nossa equipe estar sempre em primeiro lugar, aí ficou assim um material fabuloso. Tínhamos uma ficha de avaliação que o líder de grupo avaliava cada um no final do trabalho.

(Diniz, 2014, p. 47)

Segundo conta Regina, a atividade em grupo, a produção de pesquisa, o desenvolvimento de atividades por parte dos alunos não eram, anteriormente, uma proposta comum nas escolas particulares pelas quais havia passado, nem foi uma prática continuada quando fez o seu Curso Normal em uma escola particular. Ou seja, o CILNB representou, para ela, o que seria um modelo de escola, um exemplo de ensino, mesmo convivendo com as dificuldades de livros e materiais de pesquisa, tendo no papel do professor um orientador das atividades. É possível observar, nesse contexto, que os alunos não assumiam uma postura de receptores passivos do conhecimento, mas sim de sujeitos que construía as suas aprendizagens e que tinham voz para argumentar questões. Esses eram aspectos muito presentes nos ideais da Escola Nova (Santos, Prestes & Vale, 2006).

Conforme já salientado anteriormente, as características da Escola Nova foram

defendidas no Brasil por Anísio Teixeira, que lutava por um currículo técnico para o ensino público, contemplando “aspectos da formação científica junto com a técnica-profissionalizante, buscando soluções democráticas relacionadas às mudanças sociais, políticas e econômicas vigentes” (Universidade Estadual de Feira de Santana, 1994, p. 59). Forma-se no cenário educacional baiano a constituição de uma rede de comunicações políticas, educacionais e sociais de “professores militantes do movimento docente, preocupados em proporcionar uma escola mais democrática para a educação baiana” (Seminário..., 2001, p.2.).

Aliadas a essas mudanças estavam as perspectivas de ensino propostas com a LDB n.4.024/61, uma vez que, de acordo com Marcílio (2005), constituíam-se as novas mentalidades, como a ênfase para métodos ativos e aulas práticas, a expansão pelos estudos de base científica e por disciplinas que esboçassem menos rigor e memorização.

A partir do depoimento da ex-aluna sobre a sua experiência na escola particular, há evidências de que o CILNB se tornou para ela um diferencial frente ao método de ensino das escolas particulares. É importante ressaltar que a prática do apontamento nas aulas do Ensino Secundário, conforme mencionado por Regina, era advinda da fase anterior ao movimento da Escola Nova (1930). Sobre isso, Miorim (1998, p. 90) ressalta que a proposta pedagógica era pautada “num ensino livresco, sem relação com a vida do aluno, baseado na memorização e na assimilação passiva dos conteúdos”.

Regina reescreveu sua história com o CILNB. Em 1979, retornou ao CILNB como professora do curso ginásial e depois dos cursos técnicos. A partir das suas experiências vividas como aluna, contribuiu para desmanchar o “nó cego” dos conteúdos de matemática. A representação de ensino de matemática, relatada pela ex-aluna, deixou marcas sobre essa proposta de ensino que circulava nessa escola, enfatizando, sobretudo, a importância da ciência e da tecnologia com vistas à cultura geral e a formação técnica.

O estímulo à ciência e às mudanças no ensino estava em consonância com o crescimento “progressista e florescente” acerca das mudanças sociais e econômicas vivenciadas em Alagoinhas, principalmente no setor educacional, sendo que:

Alagoinhas é, na realidade, uma das mais progressistas e florescentes cidades da Bahia, particularmente no setor “educação” – primária, secundária e técnica, daqui a mais uns dias, quem duvida? favorecida como vem sendo, de não sei quantos prédios escolares, escolas isoladas, Ginásios, Escolas Normais, Escolas Profissionais, Centro Integrado de Educação e

quanta coisa mais que enfeita, nesse fator, excluindo os outros, a nossa linda Cidade-Menina-Moça!

(Feijó, 1972, pp.67-68)

Nessa cidade, em franco crescimento econômico social e educacional, a inserção dos cursos técnicos do CILNB, em 1970, promoveu, na escola, o aumento do número de alunos. Entre outras dificuldades, a falta de professores continuava a ser um dos principais obstáculos, sobretudo, nas áreas de ciências e matemática.

Em 1973, de acordo com o relatório de estatística dos municípios (Bahia, 1974), Alagoinhas concentrava 145 estabelecimentos de Ensino Secundário (públicos e privados), sendo que desses apenas 07 (sete) ofertavam ensino colegial (chamado de 2º grau) e entre eles somente 1 era estadual, o CILNB. O total de professores normalistas lecionando no 2º grau era superior aos professores com nível superior. Na época, poucos eram os cursos de formação de professores, embora o Plano Integrado de Educação e Cultura - PIEC já planejasse a criação das Faculdades de Formações de Professores, a serem implantadas no interior baiano, as quais, após a sua implantação, não conseguiram solucionar o problema da carência de professores.

A criação da Faculdade de Formação de Professores - FFP em 1972, a pouca oferta dos cursos de Licenciatura, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, tornou-se um problema por causa do aumento da carência de professores necessários a atender a demanda de alunos pelos cursos técnicos que surgiam com a implantação dos GOT, Escolas Polivalentes e CIE. A procura desses cursos era grande no CILNB que, no início da sua implantação, chegava a contar com cerca de seis mil alunos matriculados. Mesmo sendo uma escola de grande porte, onde no espaço da escola cabiam mais de seis mil alunos, ainda era insuficiente para atender ao contingente de alunos da cidade e de outras regiões que ainda não possuíam acesso ao Ensino Secundário.

Dessa forma, com a inserção da Lei n.5.692/71, o CILNB, aos poucos, constituiu-se em um espaço de disputas políticas a favor do poder econômico e social dos grupos hegemônicos locais, por conseguinte, a sua arquitetura propiciou aos seus dirigentes o exercício do controle e da vigilância sobre os membros da comunidade escolar.

Em 1972, as primeiras turmas do curso de administração chegavam a formar cerca de 200 (duzentos) alunos por ano. Já nos cursos de desenho, havia um controle de alunos, em virtude das pranchetas que ocupavam muito espaço e não podiam ser colocadas em grande quantidade, por turma só poderiam ser matriculados 20 (vinte) alunos. Era feito, inclusive,

testes de aptidão para saber se os alunos, de fato, identificavam-se com o curso (Diniz, 2014). Esses foram, inclusive, alguns dos fatores pontuados por algum dos professores entrevistados, como a professora Maria do Socorro, que evidenciava a melhor qualidade do curso e do ensino de disciplinas como matemática nos cursos de desenho e enfermagem, em detrimento dos outros cursos de secretariado e administração.

Nesse período da década de 1970 (1970 a 1973), houve, também, o aumento do número de professores do Colégio, em virtude da inserção dos alunos e a implantação dos quatro cursos técnicos. Um fato que merece destaque diz respeito aos professores de matemática, visto que além dos formados pela Faculdade de Filosofia (FF), pela CADES, pelo Curso Normal, havia os com formação em Engenharia e Medicina, além dos alunos recém-formados nos cursos técnicos. Com isso, já era significativa a quantidade de professores, formados em diferentes áreas, para atender a demanda da matriz curricular distribuída entre as disciplinas do núcleo comum e específicas, durante os três anos dos cursos técnicos. A proposta da escola se encaminhava para a formação de uma escola única, que possibilitasse a integração da escola técnica e propedêutica.

Não demorou muito para que profissionais com outras qualificações (conforme anteriormente citado) e que atuavam na área de matemática, passassem a fazer parte do quadro de professores da escola. Isso ocorreu em consequência da implantação da Lei de reforma do ensino de 1º e 2º graus n. 5.692/71, a partir do ano de 1974. Ocorreram, também, outras exigências as quais estão relacionadas à formação desses professores e ao sistema de Ensino Secundário. Diante das novas medidas para a reforma de Ensino Secundário, o que mudou no CILNB?

Com a reforma de ensino n. 5.692/71¹¹, as mudanças no CILNB começaram a ser incorporadas a partir de 1974, quando, em sua organização curricular, as séries de primeiro ano dos cursos técnicos passaram a ter como denominação 1º ano Básico, com a inserção apenas das disciplinas no núcleo comum. Assim, nas séries do 2º e 3º anos dos cursos técnicos, todas as disciplinas seriam direcionadas para a formação específica de cada curso. Nesse ano, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia organizou o I Curso de Treinamento de Professores da Educação Básica, em diferentes áreas de conhecimento. Este pode ser um forte indício de que escolas, como CILNB, tenham se inserido nos propósitos dessa reforma.

¹¹ A profissionalização compulsória da Lei n. 5.692/71 imposta pelos governos militares, tinha como interesse educacional universalizar uma escola de técnicos submissos, de operadores práticos. A começar pela retirada da parte crítica e humanista do currículo.

De acordo com a Lei, o curso básico corresponderia a um currículo mínimo para aqueles que pretendessem continuar os estudos e fazer um curso de nível superior. Sobre isso, pode-se levantar a hipótese de que haveria uma vigilância e um controle, sobretudo, de quais conteúdos iriam ser oferecidos pelos professores nos três anos de cursos técnicos. Desse modo, a lei propunha como finalidade de ensino, na primeira série, os princípios científicos gerais; na segunda série, conhecimentos tecnológicos, ou seja, a instrumentalização dos princípios científicos; na terceira série, desenvolver a utilização desses princípios científicos, em termos profissionais; e na quarta série, o desenvolvimento dos estágios (Bahia, 1968), objetivando, para o 2º grau, o exercício consciente da cidadania e qualificação para o trabalho (Nagle, 1976). Assim, o ensino técnico no 1968, era constituído na configuração de 3 + 1. Nessa perspectiva, para exercer a docência nesse nível e modalidade, a Lei 5692/71 demarcava:

Formação mínima para o exercício do magistério:

No ensino de 1º grau, da 1ª a 4ª série, habilitação específica de 2º grau; no ensino de 1º grau, da 1ª a 8ª série, a habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau, obtida em curso de curta duração; e, em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à Licenciatura Plena

(Boynard, Garcia & Robert, 1972, p. 36)¹².

Contudo, esse dispositivo legal não pode ser plenamente atendido, em virtude da dificuldade de se encontrar profissionais legalmente habilitados para o exercício da docência, visto que a Licenciatura Plena em matemática contava com poucos cursos e formava um contingente mínimo de egressos. Por conseguinte, os espaços profissionais a serem preenchidos por profissionais egressos da licenciatura em matemática foram ocupados por profissionais formados em outras áreas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objetivo desta pesquisa foi apresentar uma análise histórica sobre a institucionalização e o ensino de matemática no CILNB, em Alagoinhas-BA, em um período de transformação sociopolítica, econômica e educacional ocorrida no contexto do regime

¹² LEI N° 5692/71, de 11 de agosto de 1971. Art. 30.

militar, no período de 1968 a 1979. Deste modo, consta-se que a criação dos Centros Integrados de Educação (CIE) na Bahia tornou-se uma das experiências inovadoras para a Educação Pública no Estado. Este que foi o único estado a lançar mão dessa inovação para o Ensino Secundário, em 1968, com o Secretário de Educação, Luiz Navarro de Brito. O foco desta proposta era atender a expansão e a qualidade de ensino público no interior baiano, até então restrito a alguns colégios públicos da capital.

Os resultados dessa análise convergiram para um ensino técnico profissionalizante que apresentava peculiaridades sobre conteúdos e práticas pedagógicas. Havia nessas peculiaridades, em certa medida, divergências do que estava em conformidade com a Lei 5.692/71, enquanto a Lei adotava um ensino com habilitação profissional para o 2º grau para a formação a técnica. Em alguns depoimentos, como nas relações pedagógicas dos professores do CILNB, este ensino se aproximava de um caráter propedêutico. Embora nas décadas de 1960 e 1970 tenham ocorrido mudanças nas leis educacionais de ensino, caminhando-se para um ensino muito mais técnico do que propedêutico, as marcas do dualismo ainda persistiam entre um ensino prático e técnico, propedêutico e profissionalizante. Os reflexos disso foram percebidos nas práticas dos professores que precisam abordar as disciplinas escolares, em particular a matemática, mas em seus depoimentos sobrepunha uma necessidade de adequar os conteúdos de matemática para um ensino mais propedêutico do que técnico.

Por fim, foi possível verificar que prevaleceu, de um lado, um ensino secundário ainda com a dura realidade de uma formação dualista (técnico x propedêutica). Por outro, as diferentes formas de ensinar a matemática (tradicional ou moderna) nos cursos técnicos do CILNB, apropriadas pelos professores, seja pela formação profissional, escolhas do livro didático ou autonomia que perpassava pelo que eles entendem sobre o que deveria ser o ensino para os cursos. Assim, acreditamos que isso se estabeleceu como sendo a identidade desse grupo.

As perspectivas dessa pesquisa apontam para refletirmos sobre cenário muito recente que vivemos hoje com a volta dos cursos técnicos nas escolas públicas estaduais. Com os mesmos dilemas de qual indivíduo queremos formar, sob quais propostas de currículo que possam atender as demandas vigentes sociais, políticas e econômicas e, sobretudo, a uma formação humanista. Sobretudo, que papel de disciplinas como matemático poderá está ocupado na matriz curricular dos cursos técnicos. Afinal estaremos preparando este indivíduo: para o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, antes conhecido como vestibular, ou para um cidadão preparado para o mundo do trabalho, tendo a compreensão do significado de

trabalho como um princípio educativo?

REFERÊNCIAS

Arapiraca, J. (1979). *A USAID e a educação brasileira*. Dissertação (Mestrado em Educação), Institutos de Estudos Avançados em Educação (IESAE). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Araújo, M. M. S. (2009). *A cidade de Alagoinhas na dinâmica da espacialidade funcional urbana da região litoral norte da Bahia*. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil.

Bahia (1974). Fundação de Planejamento. *Análise global da economia baiana*. Governo Antônio Carlos Magalhães. Vol.2.

Bahia. (1968). *Plano Integral de Educação e Cultura*. v. 1. Salvador-BA: SEC. Centro de Estudos e Planejamento.

Bahia. (1974). *Análise do relatório do município de Alagoinhas, 1973*. Salvador, (mimeo).

Barros, S. (1979). *Vultos e Feitos*. Salvador: Artes Gráficas e Ind. Ltda, 1979, p.79-80.

Boaventura, E. (1993). *O Conselho de Educação da Bahia: 1963 e 1967*. Salvador: Conselho Estadual de Educação da Bahia.

Boynard, A. P., Garcia, E. & Robert, M. I. (1972). *A reforma do Ensino*. São Paulo: Livros Irradiantes S.A.

Brasil (1961). Ministério da Educação e Cultura. *Lei 4.024/61, 20 de dezembro de 1961*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Brasil (1971). Ministério da Educação e Cultura. *Lei 5.692/71, 20 de dezembro de 1971*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Brito, C. (2008). *A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo baiano*. Salvador: EDUFBA.

Britto, L. N. de. (1991). *Educação na Bahia: propostas, realizações e reflexões*. São Paulo: T. A. Queiroz; Salvador, BA: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia; Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); [S.L.]: Organização dos Estados Americanos (OEA)

Chapani, D. (2012). A formação de professores na gênese do sistema estadual de ensino superior da Bahia. *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), 145-166. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/324/311>. Acessado em: 23 fev. 2013.

Corrêa Filho, V. et.al. (1958) *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.

Cruz, R. (1999). *A inserção de Faria de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. Tese (doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, Brasil.

Diniz, I. G. A. (2014). *O ensino de matemática nos cursos técnicos do Centro Integrado Luiz Navarro de Brito em Alagoinhas-BA (1968 – 1979)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia – UFBA e Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Salvador, BA, Brasil.

Feijó, M. (1972). *Alecrim do tabuleiro: crônicas evocativas de Alagoinhas*. Guanabara, RJ: Editora Max.

Ferreira, D. & Lima, E. (2012). Um ensino de matemática em um contexto de transformação sócioeconômica: as atividades docentes de uma professora no Colégio Assis Chateaubriand de Feira de Santana (Bahia, 1970-1980). *Anais... I Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática*. Vitória da Conquista-BA.

Guimarães, A. (1982). *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, BA, Brasil.

Lins, L. (2006). A educação feminina em Alagoinhas-Ba: o Colégio Santíssimo Sacramento. In *Educação na Bahia: Memórias, registros, testemunhos*. Universidade do Estado da Bahia,

Marcílio, M. (2005). *História da escola em São Paulo e no Brasil*, 2015, p.281.

Miorim, M. A. (1998). *Introdução à história da educação matemática*. São Paulo: Atual.

Morais, M. L. (2011). *Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas - Bahia, 1948-1964*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia). Universidade Estadual da Bahia – UNEB/Campus V, Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil.

Nagle, J. (1976). *A reforma e o ensino*. São Paulo: EDART.

Pinto, N. B., Novaes, B. W. D. (2008). A apropriação da matemática Moderna na Escola Técnica Federal do Paraná nas Décadas de 60 e 70. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, 8(25), 745-762.

Ramos, M. L. P. (2012). *A modernização do ensino de Matemática e os centros de treinamento de professores de ciências no Brasil: o trabalho do School Mathematics Study Group (SMSG) na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, BA, Brasil.

Romanelli, O. (1989). *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Santos, A. Q. dos. (2010). *O ensino médio na Bahia e os ginásios/escolas polivalentes: a iniciação para o trabalho*. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia) - UNEB, Salvador, BA, Brasil.

Santos, I. da. S. F. dos, Prestes, R. I. & Vale, A. M. do. (2006). *Brasil, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada*. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas-SP, 22, 131-149.

Santos, V. (2009). *Entre trilhos dormentes e estações: A Escola Profissional Ferroviária de Alagoinhas*. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Salvador – Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Salvador, BA, Brasil.

Seminário sobre experiências inovadoras na educação baiana na década de 1960. (2001) Salvador: Gráfica da Universidade do Estado da Bahia.

Universidade Estadual de Feira de Santana. (1994). *Projeto de Avaliação Institucional* (em processo). Feira de Santana-BA.